

# O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830

Paulo Eduardo Teixeira\*

*Ao estudarmos a formação da Vila de Campinas, no início do século XIX, notamos como foi importante o processo migratório para o povoamento dessa localidade. Utilizando as Listas Nominativas de Habitantes para os anos de 1814 e 1829 e os Registros Paroquiais de Casamentos de 1774-1826 foi possível estabelecer algumas relações entre a naturalidade dos chefes de domicílios e outros parâmetros, tais como a ocupação econômica e a cor, levando-nos a perceber os processos de mobilidade social e de mobilidade espacial na constituição do espaço que foi denominado de Velho Oeste Paulista.*

## Introdução

Em meados do século XVIII, a fronteira sul do Brasil era a região mais vulnerável aos possíveis avanços dos espanhóis. O reconhecimento dessa fragilidade foi acompanhado de medidas que restauraram, em 1765, a autonomia administrativa da Capitania de São Paulo, conforme atestam os estudos de Nanci Leonzo (1977) e Heloísa Bellotto (1979).

A preocupação em estabelecer uma população estável nessa região passou por propósitos claramente militares. Índícios claros desse projeto militar são a reorganização das tropas de auxiliares e de ordenanças, bem como a fundação de novos povoados e vilas, tal como o Iguatemi (cf. Leonzo, 1977, p. 178-181 e 217-220).

O assentamento de pessoas em núcleos populacionais sólidos seria a única maneira, no entender da Metrópole, de se obter os necessários meios para o fortalecimento das tropas de infantaria e cavalaria, fossem elas de voluntários ou pagas. Para as tropas pagas, além do soldo, havia os privilégios outorgados aos

integrantes desse corpo militar; no entanto, foram esses “privilégios” – típicos de uma sociedade estamental – que atraíram a “melhor gente” da terra para se incorporar às tropas de auxiliares, que eram de voluntários (cf. Mesgravis, 1983, p. 799-811)<sup>1</sup>.

Apesar do significado militar que envolveu, inicialmente, a restauração da autonomia administrativa da Capitania, devemos ressaltar os demais aspectos diretamente relacionados às ordens emanadas da Corte. Notemos o que o governador empossado, d. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, mencionou aos seus superiores em cartas a eles enviadas:

Entre as ordens de mayor consideração que V. Ex.<sup>a</sup> foi servido expedir-me da parte de S. Mag.e. que Deos guarde, nas instrucções que me deregio em vinte e seis de Janeiro do anno passado de 1765, he sem duvida, se me não engano, o consolidar os Dominios deste Estado do Brazil, não só emquanto a sua defesa, e segurança, mas emquanto a Economia interior do mesmo Estado<sup>2</sup>.

\* Mestre em História Social pela Unesp, campus de Franca, e doutorando em História Econômica pela FFLCH da USP, onde desenvolve o projeto “A formação das famílias livres em Campinas”, sob a orientação do prof. dr. Nelson Hideiki Nozoe, com bolsa da FAPESP.

<sup>1</sup> Nesse artigo a autora afirma que “a classe dominante colonial seria uma réplica, ainda que deturpada, da sua contraparte metropolitana”, do que podemos inferir que esses “privilégios” eram importantes para aqueles que almejavam “viver a lei da nobreza”. Veja ainda *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (doravante D.I.), vol. 33, p. 189, 1901: *Sobre os privilégios dos Corpos de Auxiliares*.

<sup>2</sup> D.I., vol. 73, p. 88, 1952: *Carta ao Conde de Oeyras. S.Paulo, 13 de Dezembro de 1766*.

O texto é bem claro e não deixa dúvidas: o objetivo principal da restauração era “consolidar os Domínios”. A defesa militar foi necessária não por si mesma, mas como parte de uma estratégia para assegurar o povoamento, sem o qual uma política econômica não teria efeito. Outra carta demonstra que as atitudes de Morgado de Mateus eram de submissão ante os planos metropolitanos:

Dezajando de algum modo dar Providencia para remediar a pobreza desta Capitania, tenho procurado por todos os modos, pôr em execução das ordens de S. Mag.e., introducir nella comercio, para que mediante a conveniencia dos lucros, se convide a trabalhar o Povo [...]³

O comércio de que trata o documento não é outro senão “as drogas, os gêneros, as produções de toda a qualidade que oferece este vastíssimo e fertilíssimo Continente”⁴, portanto, um comércio baseado na produção agrícola que seria direcionada ao mercado externo, e que teve no porto de Santos seu principal aliado.

Assim, parece que a militarização confiada a Morgado de Mateus, através das *Instruções* recebidas do marquês de Pombal, embutia as idéias fisiocratas que se faziam presentes no governo pombalino. E nesse sentido, compartilho as idéias de Heloísa Bellotto (1979, p. 216) de que “era antes na agricultura – e no seu conseqüente comércio – que se deveria situar a recuperação da Capitania”.

Ademais, em várias correspondências entre a Coroa e seus representantes no Brasil foi expressa uma grande preocupação com o estado da economia, proveniente de uma idéia que procurava vincular este ao problema do povoamento, solução efetiva para a defesa militar. O recém-empossado governador de São Paulo, Morgado de Mateus, em carta dirigida ao conde de Oeyras, futuro marquês

de Pombal, dizia: “A raiz de todo o mal hé o methodo da lavoura que se pratica”. E algumas linhas adiante congratulava-se por ter recebido as seguintes providências:

S. Mag.e que Deos Guarde já tem dado nesta materia huma grandissima providencia na Carta que foi servido dirigirme firmada de sua Real Mão de dous de Julho de mil setecentos e sessenta e seis, em que com admiravel rezolução mandou executar a Ley da policia e prohibir os Citios volantes, e a Ordem para que moradores se ajuntem em Povoações civis de cincoenta vezinhos para cima⁵.

Essas determinações vinham para a Capitania de São Paulo com o propósito de dar meios ao governador de combater algo que dificultava os casamentos: “a vadiação dos homens”⁶. Somente uma agricultura rentável faria o homem do campo, que vivia de um lado para outro, parar e se estabelecer, fincar raízes e, conseqüentemente, valorizar o bem existente sob os seus pés. Isto possibilitaria a sua fixação, sendo uma defesa natural que brota naqueles que vêem “suas casas e famílias” ameaçadas.

As ordens emanadas da Corte eram assimiladas pelo governador e retransmitidas às Câmaras de cada vila, como consta da seguinte ordem sobre a plantação de mantimentos, na qual observamos, mais uma vez, a importância dada aos aspectos relacionados à economia e ao povoamento:

Porq.to me consta a grande falta de mantimentos, q.' deixam de produzir-se nesta capitania pela ocioza liberd.e em q.' vive a mayor parte dos seus habitantes, postos em vadiaçam e reduzidos a hua total pobreza, com repugnancia a todo o trabalho, sem cuidarem do seu aumento, e me ser m.to recomendado nas Reaes ordens de S. Mag.e q.' dentre os seus vassallos faça desterrar tam perniciosos vicios pondo-os náquella regularidade e sugeijam de policia, em q.'devem viver, p.ª q.'sejão uteis a si, e ao mesmo Estado: Ordeno ao Juizes Ordinarios e Officiaes da Camera das Villas desta capitania q.'logo [...], fação produzir [...] dobrada lavoura [...]⁷.

³ D.I., vol. 23, p. 383, 1896: *Carta ao Conde de Oeyras. S. Paulo, 2 de Fevereiro de 1768.*

⁴ D.I., vol. 73, p. 88, 1952: *Carta ao Conde de Oeyras. S.Paulo, 13 de Dezembro de 1766.*

⁵ D.I., vol. 23, p. 3 e 8, 1896: *Cartas ao Conde de Oeyras: Estado Politico n.31.* Ver também, neste mesmo volume, nas p. 193-194, *Carta de 4 de julho de 1767 de D. Luiz Antonio de Souza ao Conde de Oeyras*, “sobre a lavoura e productos naturaes do sólo da Capitania”.

⁶ D.I., vol. 23, p. 380, 1896: *Carta de 31 de janeiro de 1768.*

⁷ D.I., vol. 33, p. 57-58, 1901: *Ordem-circular às Camaras sobre a plantação de mantimentos, expedida por D. Luiz Antonio de Souza em 29 de abril de 1772.*

O processo não foi simples, nem tampouco bem-sucedido em todas as suas etapas. Não se limitou unicamente ao governo de Morgado de Mateus, porquanto, às vésperas de sua partida, tanto ele quanto o futuro governador, Martim Lopes Lobo de Saldanha, haviam recebido instruções do secretário de Estado para que os corpos de auxiliares não fossem “constituídos apenas por pessoas de posses e sim por aqueles que na paz cultivavam os solos, criavam gado e enriqueciam a terra com seu trabalho e na guerra, com armas na mão, defendiam das invasões inimigas seus bens, casas e famílias” (Leonzo, 1977, p. 223).

A família, desse modo, emergia como elemento importante na constituição dessa tática de defesa territorial, visto que sem ela era impossível a existência de uma população necessária ao estabelecimento de vilas que, por sua vez, ofereceriam o contingente de recrutas para as tropas de soldados.

Para Maria Thereza S. Petrone (1968, p. 140-141 e 151), o crescimento da produção de açúcar na Capitania de São Paulo deveu-se a uma política de exportação bem dirigida pelos capitães gerais, que aproveitaram a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior no período de 1765 a 1808 e procuraram aumentar o movimento dos portos paulistas, especialmente o da Vila de Santos.

Dois outros aspectos que estimularam a produção de açúcar em São Paulo, segundo Peter Eisenberg (1989, p. 317), foram a guerra de independência das colônias anglo-americanas (1776-82) e a guerra de independência e revolução social na colônia francesa de *Saint Domingue* (1791-1804). Estes fatos geraram a desorganização do mercado mundial de açúcar e acarretaram uma alta nos preços do produto por vários anos, estimulando os produtores do Oeste paulista, uma vez que, nessa época, o açúcar constituía-se em um dos mais importantes artigos de comércio entre as nações. Para Eisenberg (1989, p. 325), portanto, “o estímulo mais importante para a agricultura paulista naquela época

foi a subida rápida dos preços internacionais do açúcar na década de 1790”.

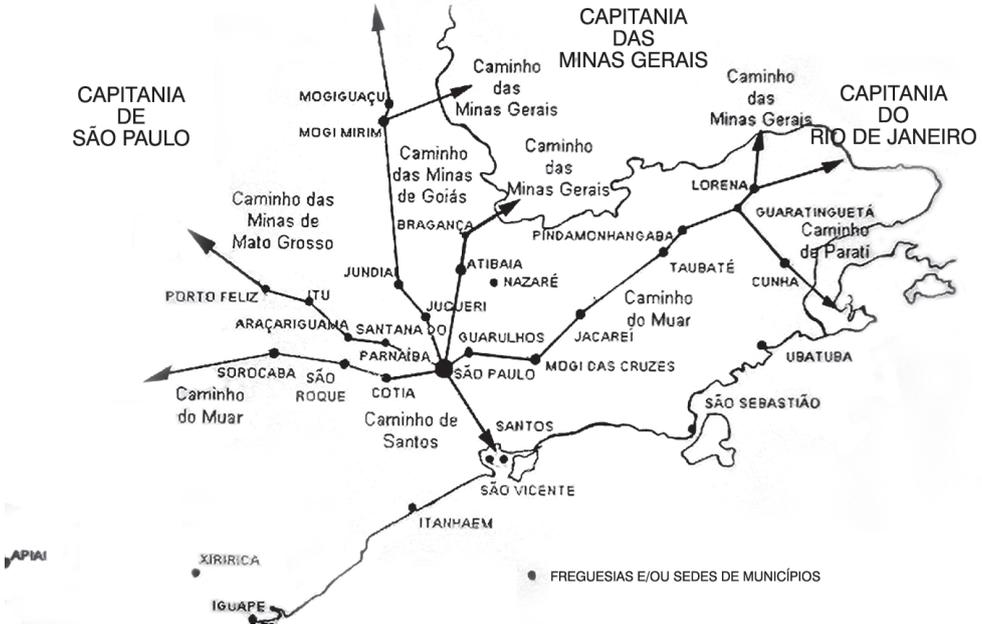
Se não podemos negar a influência externa como sendo fundamental para o desenvolvimento da lavoura comercial, o estabelecimento de uma estrutura portuária e de caminhos de ligação também revela-se essencial. As notícias que vinham da Europa não poderiam ecoar na capitania paulista se esta não encontrasse condições mínimas para a produção e seu escoamento.

O papel da restauração da autonomia administrativa da Capitania de São Paulo em 1765 foi bem mais amplo do que se costuma imaginar, ultrapassando os desígnios militares. Visava, sobretudo, ao estabelecimento de um povoamento sólido, através do qual se poderia fixar uma economia baseada na agricultura comercial. As sucessivas ações governamentais prepararam uma infra-estrutura que possibilitou a exportação de diversos produtos, como mostram alguns mapas de cargas de navios que partiram rumo aos portos europeus. Dentre eles, destacou-se o açúcar brasileiro, que, agraciado com a elevação do preço do produto no mercado internacional, tornou-se o principal item da pauta de exportação da Capitania até a primeira metade do século XIX. A luta para concentrar a população dispersa, ao lado do incentivo ao crescimento populacional, foram também fatores determinantes nesse processo.

O resultado da política iniciada por Morgado de Matheus para a Capitania de São Paulo foi uma transformação socioeconômica muito significativa, com o surgimento de novos núcleos populacionais e a passagem de uma economia baseada na agricultura de subsistência a uma economia centrada na exportação de açúcar. Para se ter uma idéia dessa transformação, se até 1769 o chamado Oeste Paulista tinha apenas duas vilas, Itu e Jundiá, a partir deste ano, até 1836, surgiram as vilas de Mogi Mirim, Porto Feliz, Campinas, Piracicaba, Araraquara, Capivari e Franca (cf. Müller, 1978, p. 57-66)<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Veja os Mapas 1 e 2.

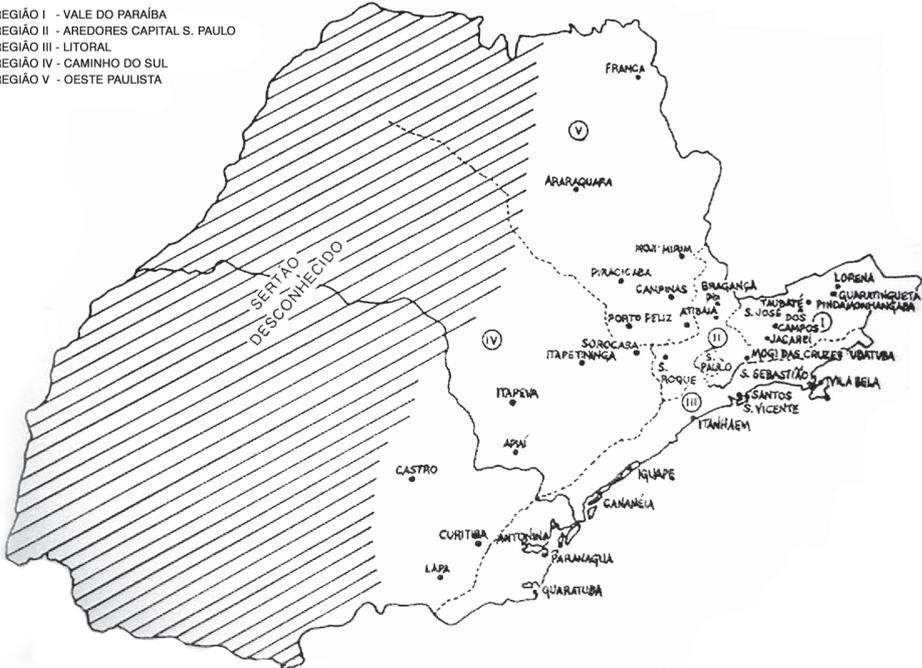
**MAPA 1**  
**Mapa da Capitania de São Paulo, 1765**



Fonte: RANGEL, 1990, p. 44.

**MAPA 2**  
**Mapa da Província de São Paulo, 1828**

- REGIÃO I - VALE DO PARAÍBA
- REGIÃO II - AREDORES CAPITAL S. PAULO
- REGIÃO III - LITORAL
- REGIÃO IV - CAMINHO DO SUL
- REGIÃO V - OESTE PAULISTA



Fonte: MARCÍLIO, 2000, p. 141.

### Breve histórico da evolução política, econômica e demográfica de Campinas

A atual Cidade de Campinas surgiu a partir da formação de um pouso destinado àqueles que percorriam o caminho que ligava a Cidade de São Paulo à região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire (1976, p. 83), estendia-se “quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais”, passando por Jundiá, Campinas, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Casa Branca e Franca (ver Mapa 1).

O recenseamento da população do “Bayrro do Mato Groço Cam.<sup>o</sup> de Minaz”, futura Vila de Campinas, mostra que a dita localidade pertencia à Vila de Jundiá no ano de 1767, e que era composta por 53 domicílios, ou fogos<sup>9</sup>.

A fundação oficial de Campinas ocorreu em 1774, quando a mesma foi elevada à condição de freguesia, com o nome de N. Sra. da Conceição das Campinas, ainda por determinação do governador Morgado de Mateus. Pouco mais de vinte anos depois, em 1797, a nova freguesia tornava-se Vila de São Carlos, por ordem do governador recém-empossado Manuel de Melo Castro e Mendonça. Em 1842 seu nome de origem voltou a ser restaurado e nasceu a Cidade de Campinas.

Feitas estas considerações iniciais, utilizaremos as Listas Nominativas de

Habitantes de Campinas para os anos de 1774 e 1794, referentes ao período em que essa povoação ainda era uma freguesia dependente de Jundiá, e as de 1814 e 1829, pertinentes à época em que a mesma já se havia emancipado, tornando-se vila, com o propósito de entender as transformações operadas na estrutura demográfica da população de Campinas nestes cinquenta anos<sup>10</sup>.

Observando a Tabela 1, somos informados de que enquanto houve um aumento do número de domicílios e de habitantes, o número médio de pessoas por domicílio permaneceu praticamente constante, sem sofrer grandes variações. No entanto, as taxas de crescimento foram sempre positivas, e a taxa geométrica anual média de crescimento entre 1778 e 1798 foi de 8,9%, valor muito expressivo se comparado ao de Lorena, no Vale do Paraíba, que alcançou 1,8% durante o mesmo período (cf. Marcondes, 1998, p. 56). O intervalo precedente (1798-1829) demonstrou um ritmo de crescimento menor, porém não menos significativo, e sua taxa geométrica anual média de crescimento foi de 4,1%.

Para entrever o que há por trás desses números, calculamos a participação de livres, escravos e agregados na população total, e assim freguesia e vila tornam-se dois mundos de um mesmo universo. Vejamos a Tabela 2.

**TABELA 1**  
População total  
Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829

Ano	N. <sup>o</sup> total de domicílios	N. <sup>o</sup> total de habitantes	N. <sup>o</sup> médio de pessoas por domicílio
1774	57	475	8,3
1794	249	1.862	7,5
1814	717	5.593	7,8
1829	950	8.545	8,9

Fonte: Listas Nominativas de Campinas. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL – UNICAMP).

<sup>9</sup> Fogo é o termo utilizado nas Listas Nominativas de Habitantes para designar o domicílio.

<sup>10</sup> Para uma crítica a esta documentação, veja Henry (1976, p. 63-79) e Eisenberg (1989, p. 318-320 e 329-332).

**TABELA 2**  
**Indicadores populacionais**  
**Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829**

<i>Estrutura Populacional</i>	<i>Ano</i>			
	1774	1794	1814	1829
% de Livres na população total	71,8	65,3	54,1	38,4
% de Agregados na população total	9,9	8,0	10,9	4,6
% de Escravos na população total	18,3	26,7	33,8	56,2
% de Escravos dos Agregados na população total	0,0	0,0	1,2	0,8
Nº médio de Pessoas Livres por Domicílio	5,9	4,8	4,2	3,5
Nº médio de Agregados por Domicílio*	2,6	2,4	3,3	2,6
Nº médio de Escravos por Domicílio*	3,5	6,7	9,4	14,7
Nº médio de Escravos dos Agregados por Domicílio*	0,0	0,0	9,2	7,3
Nº médio de Pessoas por Domicílio	8,3	7,5	7,8	8,9

Fonte: Listas Nominativas de Campinas. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL – UNICAMP).

\* Para a obtenção do número médio foram considerados apenas os domicílios onde havia a presença de escravos, agregados e escravos de agregados.

Pelo exposto na Tabela 2, constatamos que o número médio de habitantes camufla um processo de queda na participação da população livre no decorrer dos anos, cuja diminuição chegou ao seu ponto mínimo em 1829, quando grande parte das famílias de homens livres era constituída de três a quatro pessoas, em média. A variação decrescente sofrida pela população livre indica que a sociedade campineira sofreu uma transformação significativa, deixando de ser uma sociedade “rural de auto-consumo”, com um elevado índice de homens livres, para ser uma região de “agricultura voltada para a comercialização” (Costa, 1982, p. 90-91), onde a presença de escravos, principalmente, tornou-se preponderante<sup>11</sup>.

Na base dessa sociedade, o escravo passou a ganhar maior importância para o estabelecimento de uma economia agrária voltada ao comércio. Em 1814, ainda não tendo completado vinte anos, a Vila de Campinas já despontava como uma região com forte presença de mão-de-obra escrava, para em 1829 superar a antiga Vila de Itu, e muitas outras<sup>12</sup>.

O agregado, por sua vez, designado por Eni de Mesquita como aquele que nada possuía de seu, o encontramos aqui até como senhor de escravos. Embora sendo ínfima a parcela de agregados que tinha essa condição social, isso demonstra que o termo “agregado” não se destinava a rotular apenas pessoas desafortunadas<sup>13</sup>. Outro aspecto importante a ser notado é que o agregado, como mão-de-obra auxiliar, poderia ter seu papel mais valorizado em uma economia de subsistência, pois em 1774 a participação desse grupo correspondeu a 50% da mão-de-obra escrava, possivelmente disputada por diversos senhores de terras.

Essa desvalorização do papel desempenhado pelo agregado de mão-de-obra suplementar numa economia comercial não ocorreu somente em Campinas. A distribuição da população geral de Itu entre livres, escravos e agregados, nos anos de 1773 e 1829, mostra que a participação deste último grupo também foi decrescente, de 10% para 4% (Mesquita, 1977, p. 47).

Enfim, a baixa participação dos agregados em 1829 denotou o estabelecimento

<sup>11</sup> No estudo realizado por Costa (1982) sobre diversas localidades mineiras do início do século XIX, o autor propôs quatro categorias para a classificação de localidades: urbana; intermédia; rural de autoconsumo; rural-mineradora. Esta última apresenta características semelhantes à de uma economia agroexportadora, possibilitando estudos comparativos entre regiões que diferem com relação às atividades econômicas, mas que convergem quanto à sua estrutura. Embora o nosso estudo seja centrado em apenas uma sociedade, o longo período permitiu visualizar ao menos duas estruturas bem distintas em Campinas: rural de autoconsumo (1774-1794) e rural-mineradora (1814-1829).

<sup>12</sup> Luna e Klein (1990, p. 370), estudando a posse de escravos em algumas localidades de São Paulo em 1829, apontaram para as seguintes médias de escravos por proprietário: Itu, 11,0; Mogi, 4,6; São Paulo, 4,9. Em Campinas, nesse ano, a média foi de 14,7.

<sup>13</sup> Eni de Mesquita (1977, p. 42) aponta os agregados como sendo parentes, amigos ou estranhos que se agregavam a um grupo familiar.

efetivo da ordem escravocrata na região, impedindo o “processo de socialização que levaria as populações marginais a se integrarem plenamente no mundo que as circundava” (Campos, 1984, p. 44). Em oposição a esse quadro de crescimento do número de escravos, a Cidade de São Paulo, em seu processo de urbanização, encontrou no agregado um substituto para o escravo, aumentando sua população agregada substantivamente – de 4,7%, em 1765, para 20,7% em 1802 e 26% em 1836, segundo o estudo de Kuznesof (1998, p. 229).

Quando estudamos a população propriamente dita livre, passamos a entender melhor o processo de povoamento desencadeado na região de Campinas, pois ela foi a responsável por abrigar tanto os agregados quanto os escravos. Assim, se entre 1814 e 1829 houve um aumento da população de escravos é porque uma parcela da população livre tinha condições e interesses para que essa importação de escravos fosse incrementada. Mas, qual o perfil da população livre que se estabeleceu em Campinas nas décadas iniciais do século XIX? Quais eram seus interesses? Para tentar responder a estas questões, destacarei os seguintes aspectos: cor, sexo, naturalidade e atividades econômicas.

### **Cor e condição social: dois aspectos entrelaçados**

A sociedade brasileira durante o período colonial e imperial caracterizou-se por uma forte estratificação, distinguindo livres e escravos. Em virtude de o sistema escravocrata aqui implantado estar vinculado ao comércio transatlântico com a África, a cor daqueles que foram subjugados tornou-se símbolo da condição social dos cativos. Assim, cor e condição social encontravam-se entrelaçadas, de tal forma que mesmo aqueles que tinham conseguido a alforria continuavam a ser

estigmatizados pela sua cor, e aqueles que eram considerados “pardos”, seja pelos recenseadores das Listas Nominativas, seja pelos padres que realizavam seus registros de vida, ou até mesmo pelo próprio reconhecimento de sua origem mestiça, enfrentavam o problema da cor que o vinculava a uma condição social desprivilegiada.

Pela Tabela 3 constatamos que, em 1814, praticamente a metade dos chefes de domicílios (45%) foi declarada “parda” pelos recenseadores, e que a grande maioria era natural das principais localidades que forneceram habitantes para Campinas, isto é, Atibaia, Bragança, Itu, Jundiá, Mogi, Nazaré, São João e São Paulo<sup>14</sup>. Entretanto, nos casos de Nazaré, Bragança, São João e Mogi, estas vilas exportaram mais pardos que brancos – portanto, uma população que vinha dos estratos inferiores da sociedade daquele tempo. Desse modo, percebemos que a imigração foi importante no processo de ocupação da terra (cf. Mapas 1 e 2).

Por outro lado, no ano de 1829, a presença de imigrantes pardos naturais das principais localidades não chegou a um terço. Apenas Nazaré e Bragança permaneceram entre as principais regiões fornecedoras de migrantes dessa condição, e mesmo nesses dois casos a entrada maior foi de pessoas brancas. Esses resultados mostram que, nesse momento, a Vila de Campinas funcionou como centro de dispersão da população mestiça, tal como havia ocorrido numa área de expansão agrícola da Argentina (Faberman, 1995, p. 36).

Notamos ainda que Campinas passou a ser a primeira localidade a gerar um maior número de chefes de domicílio brancos, seguidos pelos de Itu e Jundiá, duas das mais antigas vilas do Velho Oeste Paulista e, portanto, berço de importantes famílias que investiram em terras campineiras. Em outras palavras, quero dizer que, nesse período, a concentração de riqueza

<sup>14</sup> Nas Listas Nominativas de Campinas as vilas de Mogi e de São João apareceram sem maiores informações. Os registros paroquiais de Campinas para períodos correlatos indicam que as duas localidades correspondiam a Mogi-Guaçu e a São João de Atibaia. No entanto, para nos mantermos fiéis à documentação pesquisada, preferi conservar a nomenclatura original até posteriores estudos apontarem com maior clareza nossos pressupostos.

**TABELA 3**  
**Principais localidades de Naturalidade pela cor do chefe de domicílio**  
**Campinas: 1814 e 1829**

	<i>Principais localidades</i>	Cor			Total
		Branco	Pardo	Negro	
	Atibaia	37	29		66
	Bragança	20	21		41
	Campinas	46	21		67
1	Itu	33	29		62
8	Jundiaí	30	18		48
1	Mogi	13	17		30
4	Nazaré	62	67		129
	São João	15	18		33
	São Paulo	33	17		50
	TOTAL	289	237	0	526
	<i>Principais localidades</i>	Cor			Total
		Branco	Pardo	Negro	
	Atibaia	33	4		37
	Bragança	24	11		35
1	Campinas	142	30	1	173
8	Itu	69	11	1	81
2	Jundiaí	46	22	2	70
9	Nazaré	38	17		55
	Parnaíba	15	10		25
	Santo Amaro	18	5		23
	São Paulo	31	13	3	47
	TOTAL	416	123	7	546

Fonte: Listas Nominativas de Campinas. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL – UNICAMP).

nas mãos de brancos, representada pela posse das terras e de escravos, foi não só responsável pela saída de muitas pessoas do campo, como também impediu o estabelecimento de outros que tinham condições econômicas desfavoráveis.

Ao cruzarmos as informações de cor com as ocupações econômicas dos chefes de domicílio notamos que, em 1814, todos aqueles que estavam envolvidos na produção de açúcar eram brancos, ao passo que outras categorias, como agricultores e jornaleiros, dividiam-se entre brancos e pardos. Por exemplo, de 342 agricultores, 131 eram pardos; dos 51 chefes de família que se declararam moradores novos, 38 eram pardos. Embora os dados para o ano de 1829 indiquem que houve um branqueamento da população em seu conjunto, ainda assim algumas atividades apresentaram uma forte presença de elementos oriundos das camadas mais pobres da população, como os chefes que declararam que “colheram para o gasto”, dos quais 74 eram brancos e 65 eram pardos.

Quando analisamos a posse de escravos, notamos que entre 1814 e 1829

intensificou-se o processo de concentração de riqueza nas mãos dos grandes senhores.

A maioria dos senhores de escravos em 1814 correspondia aos pequenos proprietários, aqueles que possuíam de um a cinco cativos, mas eram os senhores que tinham acima de 20 escravos os responsáveis por 60% do total (ver Tabela 4).

Quando comparamos essas mesmas informações com aquelas disponíveis para o ano de 1829 (Tabela 5), notamos que a participação dos pequenos proprietários caiu 10% e que sua participação no total de escravos caiu pela metade! Os senhores que possuíam de 51 a 100 cativos passaram a responder por 33,6% do total de cativos, além de surgir uma pequena elite de apenas cinco senhores com mais de cem escravos, responsável por 12,8% do total de cativos. Portanto, um modelo concentrador de rendas encontrava-se em pleno funcionamento, baseado na grande propriedade de escravos e na monocultura.

Essa transformação esteve associada à menor importância que os agricultores passaram a ter no quadro da economia local após 1814, quando a produção de açúcar

**TABELA 4**  
**Proporção dos escravos pelo número de proprietários chefes de domicílio**  
**Campinas: 1814**

Faixas de escravos	N.º de senhores de escravos		N.º total de escravos		N.º médio de escravos
	Fr. Ab.	%	Fr. Ab.	%	
1-5	129	63,8	304	16,1	2,4
6-10	25	12,4	187	9,9	7,5
11-15	12	6,0	153	8,1	12,7
16-20	6	3,0	112	5,9	18,6
21-50	24	11,8	790	41,7	32,9
51-100	6	3,0	347	18,3	57,8
TOTAL	202	100,0	1.893	100,0	9,37

Fonte: Listas Nominativas de Campinas. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL – UNICAMP).

**TABELA 5**  
**Distribuição dos escravos pelo número de proprietários chefes de domicílio**  
**Campinas: 1829**

Faixas de escravos	N.º de senhores de escravos		N.º total de escravos		N.º médio de escravos
	Fr. Ab.	%	Fr. Ab.	%	
1-5	175	53,5	392	8,2	2,3
6-10	42	12,8	319	6,6	7,6
11-15	25	7,6	322	6,7	12,8
16-20	23	7,1	418	8,7	18,2
21-50	34	10,4	1.120	23,4	32,9
51-100	23	7,1	1.615	33,6	70,2
+ 100	5	1,5	613	12,8	122,6
TOTAL	327	100,0	4.799	100,0	14,67

Fonte: Listas Nominativas de Campinas. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL – UNICAMP).

ultrapassou todas as demais. Em Campinas, esse período correspondeu àquele momento, referido por Amaral Lapa (1985, p. 24-25), em que se fundiram as fronteiras demográfica e econômica, resultando na etapa de superação da produção de subsistência pela atividade principal: a produção açucareira<sup>15</sup>.

### **A mobilidade espacial na formação da vila**

A mobilidade geográfica ou espacial nas sociedades do século XIX e anteriores pode ser estudada graças à informação sobre a naturalidade da população que consta de algumas Listas Nominativas, e especialmente dos Registros Paroquiais de Casamentos.

A Lista Nominativa de 1814 apontou 53 diferentes locais de nascimento para os

chefes de domicílio, ao passo que em 1829 a relação saltou para 73. Nestas Listas encontramos poucas pessoas naturais de regiões mais distantes, como é o caso de Cuiabá, Curitiba, Rio de Janeiro, Minas Gerais e “do continente do Sul”, bem como da Europa, sendo os europeus oriundos principalmente de Lisboa. Peso expressivo, no entanto, tiveram as áreas mais próximas, como Atibaia, Itu, Jundiá, Nazaré, Bragança, Mogi-Mirim e São Paulo.

Quanto aos Registros Paroquiais de Casamentos, os mesmos nos informaram cerca de 97 diferentes locais de nascimento para os noivos de ambos os sexos, abrangendo o período de 1774 até 1826. O espectro de vilas e cidades assemelhou-se ao apontado pelas Listas Nominativas, confirmando a importância de localidades vizinhas a Campinas em seu processo de povoamento, como áreas de dispersão de

<sup>15</sup> Analisando a posse de escravos e a participação dos agricultores não vinculados à produção do açúcar em 1804, Luna e Costa (1983) constataram que em Campinas os domicílios de agricultores eram parcela majoritária, detendo expressiva massa de cativos. Como podemos perceber, este padrão foi semelhante ao do ano de 1814.

imigrantes livres. Tal fato pode ser comparado ao caso estudado por Giovani Levi (1971), que demonstrou que a cidade de Turim, na Itália, durante a primeira metade do século XVIII, cresceu em grande medida pela vinda de imigrantes das dioceses de Mondovi e de Vercelli, chegando à conclusão de que “[...] onde uma boa economia, uma boa agricultura se desenvolve, forma-se como uma barreira que modifica as estruturas da área geográfica da imigração. Ao contrário, as zonas em crise deixam escapar muito mais gente.” (Levi, 1971, p. 544).

Quando comparamos a naturalidade dos chefes de domicílio pela faixa de idade (Tabelas 6 e 7), notamos que, de forma geral, houve um predomínio de chefes com mais de 40 anos de idade, ao passo que em Campinas, em 1814 e 1829, tiveram maior peso os chefes de domicílios nascidos na própria vila e que tinham menos de 40 anos. Vejamos:

Em outras palavras, a vila começou a gerar um maior número de pessoas que permaneceram na terra natal como novos chefes de família. Não obstante, foi na faixa de 20-29 anos que, tanto em 1814 quanto em 1829, encontramos o maior número de chefes de domicílio nascidos na própria vila, indicando que os mesmos eram frutos de povoadores que se tinham estabelecido quando Campinas ainda era uma freguesia, portanto, pelo menos entre 1785 e 1797. Para enfatizar esse aspecto, recorremos aos Registros Paroquiais de Casamentos de Campinas, a fim de avaliarmos a informação sobre a naturalidade dos noivos.

Os dados da Tabela 8 apontaram que cerca de 60% dos noivos do sexo masculino e não menos de 70% das noivas eram naturais de apenas nove localidades. Além disso, chama a atenção a maior presença de noivas nascidas em Campinas desde a fundação da freguesia,

**TABELA 6**  
Naturalidade dos chefes de domicílios pela faixa etária  
Campinas: 1814

Faixa etária	Naturalidade			TOTAL
	Campinas	Outras	Indefinida	
10 -19	4	4	2	10
20 - 29	30	124	6	160
30 - 39	18	146	1	165
40 - 49	5	167	10	182
50 - 59	4	104	5	113
60+	5	75	1	81
TOTAL	66	620	25	711

Fonte: Lista Nominativa de Campinas. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL – UNICAMP).

Obs.: Não tivemos informação de idade para 6 pessoas.

**TABELA 7**  
Naturalidade dos chefes de domicílios pela faixa etária  
Campinas: 1829

Faixa etária	Naturalidade			TOTAL
	Campinas	Outras	Indefinida	
10-19	7	6	5	18
20-29	57	79	47	183
30-39	50	131	45	226
40-49	35	166	45	246
50-59	14	113	28	155
60+	9	84	21	114
TOTAL	172	579	191	942

Fonte: Lista Nominativa de Campinas. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL – UNICAMP).

Obs.: Não tivemos informação de idade para 8 pessoas.

**TABELA 8**  
**Naturalidade dos noivos**  
**Campinas: 1774-1826**

Naturalidade	1774-1805		1806-1818		1818-1826	
	H (%)	M (%)	H (%)	M (%)	H (%)	M (%)
Atibaia	13,7	9,0	7,8	6,9	5,6	5,4
Bragança	2,6	4,4	7,7	5,1	5,6	3,8
Campinas	6,4	13,7	15,9	32,5	22,9	42,1
Itu	6,1	5,5	5,5	6,0	5,6	5,2
Jundiá	6,4	9,9	8,7	11,8	7,6	9,3
Mogi-Guaçu	2,6	2,3	0,9	0,3	1,0	0,2
Mogi-Mirim	4,7	8,5	3,1	4,6	2,2	2,0
Nazaré	12,2	13,7	8,1	8,3	5,8	5,6
São Paulo	5,0	3,2	2,0	2,5	3,4	1,8
<b>Subtotal</b>	<b>59,7</b>	<b>70,2</b>	<b>59,7</b>	<b>78,0</b>	<b>59,7</b>	<b>75,4</b>
Não declarada	13,1	12,3	16,6	8,5	20,1	13,5
Outras	27,2	17,5	23,7	13,5	20,2	11,1
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos de Campinas, Livros 1, 2 e 3. Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.

Obs.: Ao longo do período foram registrados 1.499 casamentos, sendo 343 no primeiro período, 653 no segundo período e 503 no terceiro período.

em 1774; muito embora a participação dos noivos nascidos em Campinas tenha crescido ao longo do período indicado, ainda assim foi menor que a das noivas. Mas, como explicar tal desnível, visto que a razão de sexo entre os filhos de chefes de domicílio apresentou um ligeiro predomínio do sexo masculino<sup>16</sup>? Qual o destino de parte da prole masculina nesse contexto socioeconômico? Uma resposta possível seria o fato de potenciais noivos nascidos em Campinas terem se casado com mulheres de outras localidades, e portanto, nestes casos, as cerimônias terem sido registradas em tais lugares.

Importa salientar que Atibaia e Nazaré foram duas das mais importantes localidades que no período 1774-1805 forneceram importantes contingentes de noivos e noivas para Campinas, mas que, nos períodos subseqüentes, foram apresentando uma queda gradativa nessa participação, ao passo que, em sentido oposto, os noivos originários da própria vila passaram a ter um peso mais significativo nesse grupo,

chegando os homens a representar 22,9% dos contraentes entre 1818-1826, e as mulheres, 42,1% do total das noivas desse mesmo período (ver Tabela 8). De qualquer forma, a mobilidade espacial esteve centrada principalmente na região do Oeste paulista.

Acerca dos povoadores, seria de se esperar que entre eles predominassem os homens, uma vez que diversos autores têm apontado que entre eles haveria uma tendência maior para migrar<sup>17</sup>. Devemos ressaltar, no entanto, que em Campinas a grande maioria dos povoadores era formada por casais, ao contrário daquilo que se poderia supor para uma área de fronteira.

Comentando sobre a razão de sexo da população livre de Campinas no período de 1800 a 1829, Valter Martins (1996, p. 33) afirmou que havia uma tendência ao equilíbrio entre os sexos. Vejamos a Tabela 9.

Ao observarmos a Tabela 9, notamos a preponderância do sexo feminino entre o segmento livre da população, algo que vem

<sup>16</sup> A razão de sexo entre os filhos de homens e mulheres chefes de domicílio em Campinas apresentou os seguintes números: em 1774, 105,1; em 1794, 106,8; em 1814, 108,6; e em 1829, 107,3.

<sup>17</sup> Sobre alguns autores que apontaram uma forte migração masculina nas áreas de fronteira citamos Alida Metcalf (1990, p. 295), que, ao se preocupar com as práticas sucessórias das famílias de escravistas, constatou, para Santana do Parnaíba, "a estratégia de enviar os filhos (homens) para o sertão [...], tendo sido repetida de geração em geração [...]". Dora I. P. da Costa (1997, p. 150-151), que aceitou o modelo proposto por Metcalf para Campinas, acrescentou "mais um elemento: o gênero só se tornava líder da família na ausência da prole masculina, a qual tinha um papel fundamental de desbravar o sertão à Oeste e aumentar a riqueza familiar". Finalmente, Renato L. Marcondes (1998, p. 60), preocupado com os indicadores de sexo que apontavam para um predomínio das mulheres em relação aos homens livres em Lorena, propôs que "no início da ocupação de uma nova região haveria a emigração principalmente de homens das áreas mais antigas".

**TABELA 9**  
**Razão de sexo da população livre segundo faixa etária**  
**Campinas: 1767-1829**

Razão*	1767	1770	1774	1778	1782	1786	1790	1794	1800	1817	1829
- 12	83	95	92	108	76	78	87	111	102	108	124
12 – 60	91	88	90	89	86	80	85	88,6	95	96	84
+ 60	100	250	110	240	130	141	163	133	92	134	127
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>93</b>	<b>92</b>	<b>99</b>	<b>84</b>	<b>82</b>	<b>88</b>	<b>98</b>	<b>98</b>	<b>101</b>	<b>95</b>

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL/Unicamp). Os dados para os anos de 1800, 1817 e 1829 foram coletados em Martins (1996, p. 32-34), e em virtude disso os dados para a faixa de -12 correspondem, na realidade, à faixa de até 9 anos, ao passo que a faixa seguinte corresponde a 10 a 59.

\* A razão de sexo define-se como sendo o número de homens por um grupo de 100 mulheres.

corroborar aquilo que foi observado por Marcílio (2000, p. 83) para a Capitania de São Paulo. Entretanto, algumas considerações devem ser feitas nesse caso, pois a razão de sexo foi desfavorável não só para a população masculina em idade adulta, mas também para a população infantil até o ano de 1790. Assim, a idéia de que os constantes recrutamentos eram a causa do predomínio de mulheres deve ser repensada sob a luz de novas investigações. Ao considerarmos a faixa daqueles que atingiram os 60 anos de idade, notamos uma razão de sexo bastante elevada, fato que deve ser explicado em virtude de uma relação discrepante entre os números de homens e mulheres nessa faixa de idade.

Assim, o que notamos desde o princípio da ocupação de Campinas, quando a mesma era um bairro rural de Jundiá, foi a forte presença de casais, caracterizada por domicílios nucleares, isto é, aqueles compostos pelo casal, ou o casal com filhos. A vida em um meio eminentemente rural parece ter dificultado a sobrevivência de pessoas que residiam sozinhas no bairro do Mato Groço; por isso, em 1774 havia apenas uma pessoa nessa condição. Os domicílios de escravistas solteiros passaram a ser mais representativos em 1829, sendo que neste mesmo ano grande parte deles era encontrada na zona central da Vila.

Em outras palavras, mesmo indivíduos que viviam apenas na companhia de escravos e/ou agregados preferiam uma área mais

segura para viver, fossem homens ou mulheres os chefes dessas casas. Além disso, é muito provável que vários desses senhores de escravos podiam mais facilmente garantir a sobrevivência de seu fogo através dos “jornais de seus escravos”, opção de ganho facilitada pela crescente demanda de serviços gerados pelo aumento da riqueza na vila. (Teixeira, 1999, p. 71)

Em 1829, quando Campinas tornou-se um grande centro produtor de açúcar e uma vila com forte presença de escravos, e aí sim, com predomínio de homens cativos, houve um considerável aumento do número de mulheres chefes de domicílio.

O incremento do número de fogos chefiados por mulheres na região de Campinas se deu através de um conjunto de efeitos de fenômenos combinados. A expansão extensiva da produção agrícola do setor primário, associada à concentração de riqueza, levou à instalação de grandes unidades do tipo *plantation*, as quais concentravam 78% da população cativa. A atração exercida por essas unidades agrícolas abriu espaço para a imigração de pessoas vinculadas a domicílios voltados para os setores secundário e terciário. (Costa, 2000, p. 50)

Assim, o processo migratório para as áreas de fronteira pode ter diferido muito conforme o tipo de exploração econômica da referida região, sendo que para o caso de Campinas a participação das mulheres foi essencial, fosse ao lado de seus maridos, ou mesmo sozinhas<sup>18</sup>.

A distribuição espacial dos habitantes pelos bairros da Vila, outro aspecto do povoamento, foi considerada para evidenciar

<sup>18</sup> A chefia feminina de domicílios em Campinas pode ser compreendida em parte por esse processo migratório. Em 1829 havia 54 fogos singulares dirigidos por mulheres, contra apenas 18 liderados por homens. Cf. Teixeira (1999, p. 246).

**TABELA 10**  
**Naturalidade dos chefes de domicílio de acordo com a sua distribuição pelas companhias**  
**Campinas: 1814**

Local	Companhias						TOTAL
	1	2	3	4	5	6	
Atibaia	11		29	12		14	66
Bragança	3	3	11	4	14	6	41
Campinas	13	5	15	11	10	13	67
Itu	7	4	8	6	24	13	62
Jundiaí	4	7	16	15	1	5	48
Mogi	6	1	2	4	5	12	30
Nazaré	6	6	5	70	40	3	130
São João		7	2		21	3	33
São Paulo	18	4	5		22	1	50
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>37</b>	<b>93</b>	<b>122</b>	<b>137</b>	<b>70</b>	<b>527</b>

Fonte: Lista Nominativa de Campinas (AEL/Unicamp).

certas estratégias dos imigrantes, como a relação de apoio e assistência estabelecida entre parentes e amigos naturais de uma mesma localidade. Durante o período da freguesia de Campinas, os domicílios estavam divididos pelos bairros rurais, porém as Listas Nominativas desse período não indicaram a naturalidade dos seus chefes. Por sua vez, os censos de 1814 e 1829 apresentaram as localidades de nascimento, no entanto os fogos encontraram-se divididos em Companhias, cuja localização geográfica, infelizmente, não foi informada, restando-nos apenas o conhecimento de que a 1ª Companhia de 1814 e 1829 e a 7ª Companhia deste último ano corresponderam à parte central da Vila.

A Tabela 10 ilustra a divisão feita para 1814 e mostra que as famílias de migrantes procuravam se organizar de forma tal que podiam compartilhar a solidariedade de outras famílias que tinham na localidade de seu nascimento algo em comum. Este tipo de migração, segundo Darroch (1981, p. 260), consistiria na participação de parentes e amigos que financiavam e assistiam o migrante. Pelos censos, também podemos notar que muitos sobrenomes de fogos vizinhos representavam a associação de

seus moradores a um clã maior. A origem familiar de um bairro foi “tendência visível por todo o povoamento de São Paulo antes da imigração estrangeira” (Candido, 1979, p. 76).

Assim, notamos 70 famílias de Nazaré morando na 4ª Cia, e 40 na 5ª Cia, ao lado de 24 chefes de domicílios vindos de Itu e 22 de São Paulo. Por exemplo, morava na 4ª Cia, fogo 136, a família de Antonio Lopes, pardo, agricultor de 55 anos de idade e que era natural de Nazaré. Seu vizinho, Manoel Lopes, que morava no fogo 137, também era pardo e um agricultor natural de Nazaré. Por sua vez, a 6ª Cia era comandada pelo capitão-mor Manoel Ferras de Campos, um senhor de engenho de 41 anos, natural de Itu, e responsável pelo fogo 1, que ficava próximo ao fogo 4 do sargento João Ferras de Campos, agricultor, de 34 anos e natural de Itu. E no fogo 10 residia o miliciano José Ferras de Campos, agricultor, de 26 anos e que não informou sua naturalidade, mas que dado o nome em comum, nos leva a crer que fosse da mesma localidade de seus parentes. Eram vizinhos na 6ª Cia Marcelo Pires, de 56 anos de idade, e Salvador Pires, de 42 anos, homens pardos e que viviam de “seus jornais”, ou seja, eram diaristas, sendo ambos naturais de Atibaia<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Eu poderia citar outros exemplos, o que não é meu propósito aqui. Apenas indico alguns casos para ilustrar a pertinência de nossas reflexões, uma vez que nem sempre é possível realizar uma correlação entre a naturalidade e o nome, posto que este último variava de forma significativa entre filhos de um mesmo casal. Por exemplo, de acordo com os Registros de Casamentos de Campinas, Antonio Ferras de Campos e Maria da Cunha de Almeida eram os pais de Ana Maria da Cunha, que se casou com José da Rocha de Camargo em 21/7/1795, e de Manuela Ferras de Campos, outra filha, que se casou com Pedro José de Campos em 26/2/1805, sendo as duas filhas naturais de Itu. Outro caso é o de Antonio da Silva Ferras e Vicente da Silva Ferras, ambos naturais de Itu e filhos do casal Antonio da Silva Leme e Escolástica Pais (ver Livro I dos Registros de Casamentos de Campinas, 6/9/1804 e 16/9/1805).

Estes indícios permitem-nos ver a articulação entre as várias famílias através das redes de parentesco, ampliando assim o conceito de família (Velho, 1987, p. 82). Vejamos outro exemplo: uma carta, escrita pelo sargento-mor José da Rocha Camargo em 1820 à sua irmã, dona Maria Francisca de Camargo, moradora em Itu, deixa claro alguns pontos que estamos procurando destacar.

*Minha Mana, V.M. deve ir-se dispondo p.<sup>a</sup> vir p.<sup>a</sup> cá a plantar alguvas canas commigo de partido querendo V.M., pois lembre-se, q. no lugar onde está hé p.<sup>a</sup> sua perdição, e não aumento, e m.to menos p.<sup>a</sup> pagar suas dividas, pois me consta, q. os seos escravos não lhe dão serviço e andão como querem vadiando sem medo e nem governo. Hé tempo já de plantar cana, e já vai passando, pode mandar já os escravos de serviço p.<sup>a</sup> a plantação, e fique só com algum delles, e os crioulos pequenos aprontando-se p.<sup>a</sup> se lhe ir conduzir, e m.de dizer q.do há de puder vir p.<sup>a</sup> lhe mandar condução<sup>20</sup>.*

A rede de parentesco e solidariedade como elo de ligação entre os imigrantes parece ter dado sustentação a boa parte das migrações ocorridas para Campinas. No caso acima, notamos uma preocupação de José quanto à situação econômica de sua irmã que ficara na terra natal. O convite para que a irmã mudasse de vila sinalizava que a área de fronteira ainda estava aberta

e oferecia melhores oportunidades, ao menos para uma senhora de escravos.

Em 1829, conforme nos mostra a Tabela 11, o quadro foi alterado, dando lugar a um maior equilíbrio entre os migrantes de diferentes lugares, o que demonstra, talvez, que o período de grande migração para as áreas de fronteira estivesse chegando ao fim, pois, como podemos perceber, o processo de ocupação das melhores terras já havia se efetivado neste ano e a produção do açúcar alcançava os mais elevados índices, indicando a existência de grandes propriedades. Ainda assim, em 1829, a 3ª Cia abrigava 23 chefes de domicílio naturais de Jundiá e 20 de Atibaia, enquanto na 4ª Cia ainda podíamos achar 28 famílias de Nazaré.

#### Atividades econômicas em Campinas

No caso dos migrantes que vieram de São Paulo, notamos que em 1829 os mesmos se instalaram preferencialmente na 1ª e 7ª Companhias, ou seja, as regiões centrais da Vila, onde havia maiores possibilidades para as atividades ligadas ao pequeno comércio e a prestação de serviços, com as quais provavelmente estavam acostumados, a tomar pelo estudo de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984, p. 74, 86 e 124)

**TABELA 11**  
Naturalidade dos chefes de domicílio de acordo com a sua distribuição pelas companhias  
Campinas: 1829

Local	Companhias							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	
Atibaia			20			2	15	37
Bragança	3	5	7	5	5	3	7	35
Campinas	10	19	30	31	15	25	43	173
Itu	9	6	14	12	6	13	21	81
Jundiá	5	3	23	12	1	6	21	71
Nazaré	3	2	3	28	3	5	11	55
Parnaíba	8	3	3	2		1	8	25
São Paulo	17	6	1	1		1	21	47
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>46</b>	<b>104</b>	<b>92</b>	<b>30</b>	<b>58</b>	<b>158</b>	<b>547</b>

Fonte: Lista Nominativa de Campinas (AEL/Unicamp).

<sup>20</sup> Carta datada de 23 de dezembro de 1820. In: Inventário, Centro de Memória da Unicamp, 1825, TJC, 1º Of., Cx. 32, nº 879.

**TABELA 12**  
**Atividade dos chefes de domicílio pela naturalidade**  
**Campinas: 1814**

Atividade	Localidades									TOTAL
	A	B	C	I	J	M	N	SJ	SP	
Não Declarada	2		1	2					2	7
Esmola	3	1	1	1		2			2	16
Costura		1	4	1			1		1	8
Venda			1	1	1			2	2	7
Agências						1			4	5
Jornaleiro	8	3	5	2	5	5	13	2	1	44
Prest. Serviço	3	1	5	2	2	2			4	19
Negociante		1	1						1	3
Jornais Escravos									1	1
Sr. de Engenho	1		7	11	5	1		1	1	27
Administrador				2					1	3
Planta Cana			1	1	1		1			4
Agricultor	37	27	25	22	19	12	90	23	24	279
Lavrador	2	1	2			1	2	3	1	12
Tropeiro	3		3		2	1	1			10
Cargos Públicos						1				1
Clérigo									1	1
Artes				1						1
Nada Colheu	7	1	2	8	4	2	4	2	3	33
Morador Novo		5	8	8	6	2	10	2	1	42
Seu Juro			1		1					2
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>41</b>	<b>67</b>	<b>62</b>	<b>47</b>	<b>30</b>	<b>130</b>	<b>33</b>	<b>50</b>	<b>526</b>

Fonte: Lista Nominativa de Campinas (AEL/Unicamp).

A = ATIBAIA; B = BRAGANÇA; C = CAMPINAS; I = ITU; J = JUNDIAÍ; M = MOGI; N = NAZARÉ; SJ = SÃO JOÃO; SP = SÃO PAULO.

Obs.: Houve 1 indivíduo de Jundiaí que teve sua atividade não identificada.

**TABELA 13**  
**Atividade dos chefes de domicílio pela naturalidade**  
**Campinas: 1829**

Atividade	Localidades									TOTAL
	A	B	C	I	J	N	P	SA	SP	
Não Declarada		1	5	6	1			1	2	16
Esmola	3	2	3	1	5		1		2	17
Costura	1	1	13	6	9	4	5	2	3	44
Venda	1	1	5	1		6	1		1	16
Agências	8	2	18	2	6	6	2		3	47
Jornaleiro	1		5		4					10
Prest. Serviço	1	1	11	7	11	2	2	7	13	55
Seu Trabalho		1	4	1	2	3		2		13
Negociante	1	4	9	8	3	4	1	2	7	39
Jornais Escravos	1	1	3	2			1	1	4	13
Sr. de Engenho	2		18	18	3	2	4	2	6	55
Administrador		1	2	1				2	1	7
Planta Cana			3							3
Agricultor	14	3	14	9	14	4	2		2	62
Lavrador		13	42	12	8	22	3	3	1	104
Tropeiro	3	2	11	5	3	2	1			27
Cargos Públicos				1			1	1		3
Clérigo				1					2	3
Artes							1			1
Nada Colheu		1			1					2
Morador Novo	1	1	7		1					10
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>35</b>	<b>173</b>	<b>81</b>	<b>71</b>	<b>55</b>	<b>25</b>	<b>23</b>	<b>47</b>	<b>547</b>

Fonte: Lista Nominativa de Campinas (AEL/Unicamp).

A = ATIBAIA; B = BRAGANÇA; C = CAMPINAS; I = ITU; J = JUNDIAÍ; N = NAZARÉ; P = PARNAÍBA; SA = SANTO AMARO; SP = SÃO PAULO.

sobre as mulheres daquela cidade, que mostrou que muitas delas viviam de suas vendas, de suas agências e dos jornais de escravos. Dar continuidade a um trabalho já conhecido poderia ser um caminho mais fácil à adaptação e sobre-vivência desses migrantes.

Comparando as principais atividades exercidas pelos chefes de domicílio entre 1814 e 1829 (Tabelas 12 e 13), observamos que um grande número de agricultores e lavradores deixou de exercer essa atividade. Em 1814 eles somavam 291 chefes de domicílio, correspondendo a 40,5% do total, dos quais 90 eram naturais de Nazaré. Em 1829 essas duas categorias chegaram a compor 17,5% do total de fogos, com apenas 166 chefes de família. Ao comentar sobre esse movimento de declínio do número de fogos de agricultores em face do aumento do número de domicílios, Valter Martins (1996, p. 38) sugeriu que “o crescimento da população caminhou em direção a outras atividades que não a agrícola”.

Sem dúvida houve aumento do número de negociantes e daqueles que viviam de costura, venda, agências, prestação de serviço e jornais de escravos. Cresceu também o número de senhores de engenho – por exemplo, da Vila de Itu, pelo menos desde 1814, vieram representantes das principais famílias desse ramo de atividade se estabelecerem em Campinas. Uma outra indicação de que em 1829 o processo de migração tornou-se bem reduzido é o fato de poucas famílias se estabelecerem como “morador novo”, ou seja, indivíduos que fundavam um novo fogo ou domicílio. Em 1814 houve o assentamento de 42 novas famílias, ao passo que em 1829 esse

número foi de apenas 10, sendo que 7 eram originárias da própria vila.

Até 1814 esse processo de crescimento baseado na migração de pessoas oriundas de localidades diversas parece ter favorecido o aumento da população livre de um modo geral. A partir do momento em que esse processo sofreu um arrefecimento, a população livre não acompanhou o incremento da população escrava, que a ultrapassou em 1829 (veja Tabela 2). Estas idéias sugerem que enquanto havia terras disponíveis e de fácil acesso à população de outros lugares, esta, incentivada por parentes ou amigos, vinha e se instalava, contribuindo assim com o crescimento do número de homens livres. Porém, nos anos subseqüentes, em que as grandes fazendas passaram a ocupar cada vez mais espaço para ampliar sua produção, e a importação de escravos se fez mais necessária, notamos que a população dependente de domicílios sem escravos, portanto livre, não só se estabilizou como, a partir de 1814, decresceu.

Em suma, foi com a população livre e sem escravos proveniente de um processo migratório originado a partir de uma política de povoamento baseada no estímulo ao comércio que a freguesia e depois vila de Campinas experimentou um grande crescimento populacional. Porém, a partir da primeira década do século XIX a economia açucareira determinou uma mudança profunda no perfil demográfico, importando mais escravos e dificultando a entrada do contingente populacional livre de pardos e brancos pobres, que passaram a ir mais para o Oeste, onde a terra de boa qualidade e abundante atraía os novos moradores. Assim, lugares como Piracicaba,

**TABELA 14**  
**Distribuição da população nos domicílios de senhores de escravos por condição social**  
**Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829**

Ano	Condição social							
	Livres		Escravos		Agregados		Escravos dos agregados	
	F. Ab.	F. Rel.	F. Ab.	F. Rel.	F. Ab.	F. Rel.	F. Ab.	F. Rel.
1774	176	61,3%	87	30,3%	24	8,4%	0	0
1794	361	38,7%	498	53,4%	74	7,9%	0	0
1814	941	30,0%	1.893	60,3%	265	8,4%	42	1,3%
1829	1.300	20,4%	4.799	75,2%	214	3,4%	66	1,0%

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL/Unicamp).

Rio Claro, Araraquara e outros devem ter sofrido processo colonizador semelhante (Dean, 1977, p. 27, 32-33, 36, 40 e 183).

Finalmente, quando examinamos a condição social da população subordinada aos senhores de escravos ao longo desses anos, notamos que a população livre teve um crescimento numérico pouco significativo e proporcionalmente em constante declínio em relação à população cativa (ver Tabela 14).

### Considerações finais

Reiteramos aqui a idéia de que, especialmente na década de 1820, o processo migratório de homens livres em direção a Campinas estagnou e sofreu uma inversão. A diminuição da população livre parece ter ocorrido pela saída dessas pessoas para outras áreas. Se a Freguesia de Campinas foi beneficiada, durante vários anos, com a vinda de muitos casais para o fortalecimento de seu núcleo populacional, nesse momento era ela quem começava a contribuir para a formação de novas vilas.

Ao consultar o recenseamento de 1822 referente a Rio Claro, Warren Dean (1977, p. 22) comentou que, dos 231 domicílios

existentes, quase a metade dos chefes de família “tinham nascido fora do povoado, em locais geralmente próximos e um pouco distanciados das regiões ainda inexploradas. A maioria tinha vindo de Mogi-Mirim, Bragança e Nazaré, municípios a Sudeste, com uma alta proporção de pequenas propriedades em declínio. Alguns eram de Campinas e Itu, ao Sul, uns poucos eram oriundos de municípios mais distantes”<sup>21</sup>.

Nota-se que esse acontecimento interferiu também na população de agregados em Campinas, que durante praticamente todo o período se manteve estável, mas que, desde então, foi caindo numérica e proporcionalmente, como a população livre. Eni de Mesquita (1976, p. 39), em seu estudo sobre o agregado em Itu, salientou que a família agregada estava associada à “necessidade de braços para o trabalho”. No contexto de Campinas, essa mão-de-obra livre deixou de ser necessária, embora continuasse a existir. O crescimento das fazendas e senzalas parece ter ocupado os antigos espaços destinados aos agregados e trabalhadores livres, que continuavam a sua marcha mais para o Oeste Paulista.

### Referências bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Secretaria Estadual da Cultura, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

CAMPOS, Alzira Lobo de A. A configuração dos agregados como grupo social: marginalidade e peneiramento (o exemplo da cidade de São Paulo no século XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 17, p. 17-69, jul./dez., 1984.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

COSTA, Dora Isabel P. da. **Herança e ciclo de vida: um estudo sobre a família e população em Campinas, São Paulo (1765-1850)**. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 1997.

\_\_\_\_\_. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 17, ns. 1/2, p. 47-66, jan./dez., 2000.

COSTA, Iraci Del N. **Minas Gerais: estruturas populacionais típicas**. São Paulo: Edec, 1982.

<sup>21</sup> Ao observarmos essas informações e as compararmos com os dados da Tabela 3, notaremos que, em 1814, Nazaré foi a localidade que mais forneceu moradores para Campinas, ao passo que em 1829 os moradores daquela freguesia estavam se dirigindo para o Oeste – no caso específico, para Rio Claro.

DARROCH, A. Gordon. Migrants in the nineteenth century: fugitives or families in motion? **Journal of Family History**. National Council on Family Relations, Clark University, vol. 6, n. 3, p. 257-277, Fall, 1981.

DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EISENBERG, Peter L. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

FABERMAN, Judith. Familia, ciclo de vida y economía doméstica. El caso de Salavina, Santiago Del Estero, en 1819. **Boletín del Instituto de História Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"**, Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires e Fondo de Cultura Económica, Tercera serie, n. 12, p. 33-59, II semestre, 1995.

HENRY, Louis. Temas de pesquisa, fontes e métodos da demografia histórica do Brasil. **Revista de História**, São Paulo, vol. 53, n. 105, p. 63-79, jan./mar., 1976.

KUZNESOF, Elizabeth A. The puzzling contradictions of child labor. Unemployment, and education in Brazil. **Journal of Family History**, Thousand Oaks, vol. 23, n. 3, p. 225-239, July, 1998.

LAPA, José R. do A. **A economia cafeeira**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEONZO, Nanci. **As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Matheus**. São Paulo: Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da USP, 1977 (Coleção Museu Paulista, série de História, vol. 6).

LEVI, Giovanni. Mobilità della popolazione e immigrazione a Torino nella prima metà Del settecento. **Quaderni Storici**, p. 510-554, 1971.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo

no início do século XIX. Separata da Revista **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 13, n. 1, p. 1-11, jan./abr., 1983.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 20, n. 3, p. 349-379, set./dez., 1990.

MARCONDES, Renato L. A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena, São Paulo: Stiliano, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARTINS, Valter. **Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850**. Campinas: Área de Publicações do Centro de Memória da Unicamp, 1996.

MESGRAVIS, Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 13, número especial, p. 799-811, 1983.

MESQUITA, Eni de. Uma contribuição ao estudo da estrutura familiar em São Paulo durante o período colonial: a família agregada em Itu de 1780 a 1830. **Revista de História**, São Paulo, vol. 53, n. 105, p. 33-45, jan./mar., 1976.

\_\_\_\_\_. **O papel do agregado na região de Itu – 1780 a 1830**. São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1977 (Coleção Museu Paulista, série História, vol. 6).

METCALF, Alida Christine. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba (1750-1850). **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 20, n. 2, p. 283-304, mai./ago., 1990.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

PETRONE, Maria T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1968.

RANGEL, Armênio Souza. **Escravidão e riqueza**: a formação da economia cafeeira em Taubaté (1776-1836). São Paulo: IPE/USP, 1990.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo**. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Ed. da USP, 1976.

TEIXEIRA, Paulo E. **Mulheres, domicílios e**

**povoamento**: Campinas, 1765-1850. Dissertação de Mestrado, FHDSS, Unesp, Franca, 1999.

VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Angela Mendes *et al.* **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987. p. 79-88.

### Abstract

In studying the growth of the Village of Campinas during the early 19th century, one can see the importance of the migratory process in the settlement of the town. Using the lists of names of inhabitants for the years 1814 and 1829, some relationships were established between the place of birth of the heads of household and other parameters, such as their occupation and color, indicating a process of social and spatial mobility in the constitution of the area known as the "Old West of the Province of São Paulo".

Enviado para publicação em 18/09/2002.